

Alívio apenas momentâneo

Olímpio Cruz Neto
Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) conseguiram ontem o que mais desejavam: tempo. Têm 15 dias para conseguir reverter a abertura do processo de cassação de seus mandatos por quebra de decoro parlamentar. Nada mal para quem começou o dia com as notícias de uma renúncia iminente. Preocupados no início da manhã, os dois senadores respiraram aliviados à noite com a decisão do presidente do Congresso, Jader Barbalho (PMDB-PA), de acatar o parecer jurídico proposto pela Advocacia Geral do Senado. Aprovado hoje o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ) pelo Conselho de Ética, a Mesa Diretora do Senado terá duas semanas para decidir abrir o processo. Esse é o prazo que ACM e Arruda terão para apresentar a renúncia, se a Mesa confirmar mesmo a abertura do processo.

ACM já previa, na noite de segunda-feira, que não haveria outra alternativa a Jader a não ser permitir um prazo maior e engavetar a proposta de rito sumário de 24 horas, anunciada aos quatro ventos pelo 1º secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE). "Não existe rito sumário. Se o julga-

mento é só político, sem prever os prazos regimentais, eu também vou fazer política", reagiu Antonio Carlos. Falava com a convicção de quem tinha em mãos pareceres jurídicos apresentados não só pelos advogados Márcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernicchiaro, como também por outros juristas. Só sorriu, aliviado, no início da noite de ontem, quando soube da decisão de Jader. "Não disse que a questão do prazo tinha fundamento jurídico?", comemorou. "Vocês vão ficar escabreados, mas vou conseguir mostrar minha inocência neste processo".

Nem parecia o mesmo homem que, no início da manhã, havia se alterado por causa dos fotografos, que o esperavam na porta de seu gabinete. "Não quero que entrem", reclamou. Antes do almoço, o mau humor já havia se dissipado. Tanto que, ao sair do Senado, chegou a posar para fotos junto a um grupo de turistas norte-americanos.

Quando voltou, por volta das 14h30, mostrava ânimo. Foi ao plenário, conversou com aliados. Voltou para despachar com os advogados, que saíram para entregar, pessoalmente, o memorial de defesa a cada um dos integrantes do Conselho de Ética. Preparado por Thomaz Bastos e Cernicchiaro, o documento de dez páginas aponta falhas no relatório de Saturnino, como o fato de não ter

considerado a defesa prévia apresentada pelos advogados e ignorado a perícia técnica da Polícia Federal. "O parecer (de Saturnino) afirma não haver divergências entre o laudo de (Ricardo) Molina e o da Polícia Federal. Contudo, basta cotejá-la para encontrar um contundente descompasso. O laudo da Polícia Federal — o único oficial e provido de credibilidade legal — não menciona a palavra lista", relatam os advogados, no memorial de defesa, que cita a posição de juristas, inclusive do advogado-geral da União, Gilmar Mendes.

SEM RENÚNCIA

No meio da tarde, Antonio Carlos desmentiu os boatos que circulavam no Congresso sobre sua renúncia, que ocorreria ainda ontem em ato público em Salvador. "Isso não existe", disse.

Superada essa etapa, ACM sabe que tem novo desafio pela frente. Precisa evitar a abertura do processo na Mesa do Senado. Embora saiba que dificilmente tem chances de êxito, não quer jogar agora a toalha. Mesmo tendo tudo preparado para a saída final, sua estratégia é utilizar a renúncia em um momento mais adequado para jogar politicamente, buscando ampliar a simpatia da opinião pública baiana e apresentar-se como vítima de

uma campanha de seus desafetos. "Quero voltar ao Senado, mesmo sabendo que, depois das eleições de 2002, não vou encontrar muitos dos que hoje estão aqui", disse.

Arruda considera praticamente perdida a etapa de hoje no conselho. Como ACM, aposta no tempo para tentar convencer os senadores a optarem por uma pena mais branda, como a suspensão do mandato. O período de suspensão para Arruda não importa. Desde que tenha condições de ser candidato a algum cargo eletivo na próxima eleição, fica tranquilo.

Ele não quer renunciar. Mas ficou aflito esta semana, com as notícias sobre uma possível renúncia de Antonio Carlos. Considera que, se o senador baiano deixar o mandato, não lhe restaria outra alternativa. Quando soube da decisão de Jader, recuperou os ânimos. "Ufa!", disse a amigos, satisfeito com a possibilidade de ter mais 15 dias para pedir clemência aos senadores. Ontem, Arruda não foi ao Senado. Passou o dia preparando a defesa que apresentará hoje na sessão do Conselho de Ética que votará o parecer de Saturnino. Ontem, cerca de cem integrantes de entidades do movimento negro da Bahia participaram ontem de uma manifestação pela cassação de ACM e Arruda.

